

RESOLUÇÃO ENFAM N. 8 DE 22 DE OUTUBRO DE 2020.

Altera a Resolução Enfam n. 1 de 13 de março de 2017 que disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora ou comissão de concurso para o ingresso na carreira da magistratura.

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA – ENFAM, usando da atribuição conferida pelo art. 12, parágrafo único, do Regimento Interno, e a decisão do Conselho Superior da Enfam na reunião de 1º de outubro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a ementa, o art. 1º, o § 5º do art. 10 e o art. 24 da [Resolução Enfam n. 1 de 13 de março de 2017](#), que passam a vigorar com as seguintes redações:

Ementa

“Disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora de curso de pós-graduação.

Art. 1º A contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente no âmbito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam e das escolas judiciais, e pela participação em banca examinadora para cursos de pós-graduação ficam disciplinadas por esta resolução.

...

Art. 10

...

§ 5º O servidor que estiver usufruindo de licença ou afastamento previsto nos artigos 81, 97 e 102, incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX e X da Lei n. 8.112/1990 não poderá atuar como docente na Enfam.

...

Superior Tribunal de Justiça

Art. 24 O pagamento do docente ou do examinador de banca de pós-graduação fica condicionado ao atesto das horas efetivamente trabalhadas, mediante relatório emitido pelo magistrado ou servidor responsável pelo acompanhamento da ação de ensino ou de seleção, observados os seguintes limites:”

Art. 2º Revogar o §3º e alterar o *caput* e os §§ 4º e 5º, do art. 17 da Resolução Enfam n. 1/2017, os quais passam a vigorar com a seguintes redações:

“Art. 17 O valor da retribuição financeira pelo exercício de atividade de docência ou pela participação em banca de curso de pós-graduação, por hora-aula, fica estabelecido na forma do Anexo desta resolução.

...

§ 4º O pagamento da hora-aula levará em consideração a titulação do formador de cursos presenciais, conteudista, tutor, coordenador de tutoria, coordenador de curso e examinador de banca de cursos de pós-graduação.

§ 5º A hora-aula das atividades de ensino terá duração de cinquenta minutos para cursos presenciais e de sessenta minutos para cursos a distância e de pós-graduação.”

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro OG FERNANDES

Diretor-Geral